



COVID-19 e o retorno às aulas presenciais: a visão do (a) professor (a) e as contribuições da psicologia

Letícia Martins Ribeiro Candido ¹

Resumo

Este estudo se insere no campo da psicologia e da educação em interface com o contexto de pandemia da COVID-19. E busca conhecer as representações sociais dos professores e professoras no tocante ao retorno às aulas presenciais durante a pandemia do COVID-19. Para isso, utiliza-se enquanto método a metodologia estrutural das representações sociais, compreendendo a atualidade e a visão do(a) professor(a) frente a esta temática. Os resultados apontam que as evocações do núcleo central se referem aos aspectos internos do profissional, isto é, à percepção de cada professor e professora sobre como estão vivenciando a pandemia do COVID-19. Enquanto os elementos presentes no núcleo periférico, dizem respeito aos aspectos externos, ou seja, são elementos que podem ser modificados através de intervenções no ambiente. Ainda discute como a psicologia pode auxiliar no processo de entendimento da pandemia.

Palavras-chave: Aulas; Professores; Pandemia; Representações Sociais.

Abstract

This study is part of the field of psychology and education in interface with the COVID-19 pandemic context. And it seeks to know the social representations of teachers regarding their return to classroom classes during the COVID-19 pandemic. For this, the structural methodology of social representations is used as a method, comprising the current situation and the teacher's view of this theme. The results show that the central core evocations refer to the professional's internal aspects, that is, to the perception of each teacher about how they are experiencing the COVID-19 pandemic. While the elements present in the peripheral nucleus, relate to external aspects, that is, they are elements that can be modified through interventions in the environment. It also discusses how psychology can help in the process of understanding the pandemic.

Keywords: Lessons; Teachers; Pandemic; Social Representations.

¹ Bacharel em Psicologia pela Faculdade Estácio de Sá de Goiás. Especialista em Psicologia Educacional pela Faculdade Dom Alberto. Pós-Graduada em Avaliação Psicológica pela Dalmass. E-mail: leticiamartinspsi@outlook.com

A saúde pública tem recebido, no ano de 2020, atenção das autoridades de todo o mundo em função da contaminação em escala global do novo coronavírus, cientificamente conhecido por Sars-CoV-2. Este, por sua vez, pode ser encontrado em diferentes espécies de animais e, raramente, infectam seres humanos. Contudo, em dezembro de 2019, foi detectado o primeiro contágio em humanos, ocorrido em Wuhan na China, ao qual o sujeito contaminado pode apresentar quadro clínico de

infecções assintomáticas a quadros graves (Ministério da Saúde, 2020).

Este novo vírus se tornou grande preocupação de especialistas e autoridades em função do seu alto poder de contágio entre as pessoas. Apesar da sua identificação na China, o vírus se espalhou rapidamente para outras regiões do planeta, sendo registrado no Brasil pela primeira vez em 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo – SP (Ministério da Saúde, 2020).





Estatísticas oficiais apontam que até 10 de março de 2021 o número de infectados no mundo corresponde a 119.469.346 (cento e dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta e seis) pessoas e 2.647.229 (dois milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, duzentos e vinte e nove) mortes (News, 2021). No ranking de países com maior quantidade de pessoas infectadas estão Estados Unidos, Brasil e Índia, registrando: 29.396.707, 11.363.380 e 11.333.728 respectivamente. No número de mortes, o Brasil está no segundo lugar do ranking, registrando 275.105 óbitos, estes números só perdem para os Estados Unidos, que registra 532.408 mortes pelo COVID-19 (News, 2021).

Com o intuito de controlar a disseminação dessa doença, os órgãos de vigilância e proteção em saúde recomendaram algumas medidas de prevenção, sendo a principal delas o distanciamento social entre as pessoas. Portanto, locais com grandes concentrações e tráfegos de pessoas tiveram que fechar suas portas e, dentro deste grupo, estão às instituições de ensino.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2021), informou que até 10 de março de 2021, 144.697.476 (cento e quarenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e sete mil e quatrocentos e setenta e seis) alunos em todo o mundo foram afetados com o fechamento das instituições de ensino. Essa paralisação pode acarretar grandes prejuízos no campo da educação, tanto no tocante do ensino-aprendizagem, quanto nas interações sociais impossibilitadas em função do distanciamento entre as pessoas, propiciando aumento da desigualdade, evasão escolar, sobrecarga para pais, assim como estresse e frustração nos professores e professoras.

Como forma de garantir a continuidade das atividades escolares, as secretarias de educação e as unidades escolares iniciaram algumas estratégias de ensino que incluem aulas on-line ao vivo ou gravadas, transmissão via TV aberta, rádio, redes sociais (Facebook,

Instagram, WhatsApp, Youtube), páginas/portais eletrônicos, ambientes virtuais de aprendizagem ou plataformas digitais, aplicativos e disponibilização de materiais impressos. Na prática evidenciaram-se as desigualdades e as fragilidades do contexto educacional brasileiro, em destaque os perfis dos estudantes, onde alguns possuíam acesso à internet e aos meios de tecnologia, enquanto outros não possuíam nenhum recurso que possibilitasse as aulas remotas (Cunha, Silva & Silva, 2020).

Diante disso, este estudo objetivou apresentar um panorama acerca do retorno as aulas presenciais durante a pandemia do novo coronavírus, bem como seus impactos na educação, valendo-se da metodologia estrutural das representações sociais, compreendendo a atualidade e a visão do(a) professor(a) frente a esta temática.

Desde março de 2020 as aulas presenciais foram suspensas por conta da pandemia da COVID-19, contudo alguns estados retomaram as aulas presenciais em algum momento entre 2020 e 2021. Com o agravamento da emergência sanitária e com o aumento do número de infectados houve um retorno as aulas na modalidade remota. E os estados que optaram pela continuidade das aulas presenciais, realizaram-nas de forma gradual e escalonada, contando com o ensino híbrido (UNESCO, 2021).

Para isso o estudo apresenta uma contextualização da pandemia do COVID-19, abordando seus efeitos psicossociais na sociedade; se dedica a identificar os impactos da pandemia no contexto educacional, pensando o desenvolvimento social da criança na escola; aponta as principais alterações nas legislações que discutem o tema e discorre, sucintamente, a teoria das representações sociais para sustentar a metodologia utilizada na análise dos dados coletados.

O estudo se justifica a partir de três perspectivas: pessoal, social e acadêmica. A primeira (pessoal) parte do interesse da pesquisadora por vivenciar a pandemia do





coronavírus como discente em um curso de pós-graduação no campo da avaliação psicológica e perceber os gargalos frente às limitações em função do distanciamento social e o quanto este distanciamento impactou no ensino-aprendizagem, sobretudo, os conteúdos práticos como o manejo dos testes psicológicos previstos na grade curricular do curso.

É relevante destacar ainda outro viés, o de possuir no seu grupo social docente que evidencia preocupação frente às discussões sobre o retorno as aulas presenciais durante a pandemia, ao pensar na saúde de si, bem como de seus alunos. Diante disso, a pergunta que conduziu esta pesquisa, consiste em: como estão sendo construídas e compartilhadas as representações sociais dos professores e professoras frente ao retorno as aulas presenciais durante a pandemia do COVID-19 no Brasil?

A relevância social do estudo diz respeito à orientação e entendimento sobre a pandemia do novo coronavírus e seus impactos na sociedade, em especial no processo educacional. Entendendo que as medidas de isolamento e quarentena, afetaram diferentes áreas, dentre elas a educacional, que teve a suspensão das aulas presenciais e a modificação do formato e do regime escolar, para o remoto.

A perspectiva acadêmica se baseia na relevância deste estudo e se articula a partir da produção técnico-científica voltada para um projeto estético-político e pedagógico, bem como de contribuir com a ciência psicológica, ampliando as pesquisas e olhares para o contexto atual.

Efeitos psicossociais da pandemia na sociedade

A interação entre homem e doenças epidêmicas acompanha toda a história humana, impactando várias civilizações com seu contingente de vítimas. Vale ressaltar que para uma doença infecciosa ser classificada como pandemia é necessário que seu contágio seja de escala global, diferentemente da epidemia, que

se dá em uma escala geográfica menor (Dicionário Online de Português, 2009).

Ao realizar uma retomada histórica acerca da temática pandemias, foi possível constatar que algumas apresentaram grandes impactos na sociedade, dentre elas estão: Peste bubônica, Cólera, Gripe Russa, Varíola, Gripe espanhola, Gripe A e atualmente COVID-19.

Existem relatos da peste desde 1320 a.c., contudo, a primeira pandemia comprovada cientificamente trata-se da Peste bubônica, identificada em 540 d.c., ficando conhecida como “Peste de Justiniano”. Entre os anos de 540 à 594 ela se espalhou por partes da Europa, Ásia e África com cerca de 25 milhões de mortes. A segunda pandemia de peste bubônica ficou conhecida como “Peste Negra”, surgida por volta de 1343, se espalhando por todo Mediterrâneo e a Europa, causando em média 75 milhões de mortes (Alves & Tubino, 2017).

A cólera é uma infecção intestinal aguda causada pela bactéria Gram negativa, *Vibrio cholerae*, que ataca o intestino humano. Desde sua descoberta até os dias atuais, já foram registradas sete pandemias desta doença, entre os anos de 1817 e 1925, atingindo a Índia, Rússia, Europa, Reino Unido, África, Austrália e as Américas. No ano de 1961 sua disseminação envolveu praticamente todo o mundo (Carvalho, Agle, Rocha, Marques & Pedreira, 2020).

De acordo com Costa e Hamann (2016) uma das primeiras pandemias detalhadamente documentadas foi a Gripe Russa causada pelo vírus influenza do tipo H2N2, que ocorreu entre 1889 e 1890, atingindo primeiramente a Rússia, Ásia, Canadá e a Groenlândia, se espalhando posteriormente em poucos meses para a Europa e a América. Esta pandemia se destacou por ser a primeira da “era bacteriológica”.

A Gripe Espanhola se deu entre o período de 1918 a 1920, estima-se que 50% da população mundial tenha sido infectada e sua mortalidade tenha sido entre 40 e 50 milhões de pessoas. Essa pandemia chegou ao Brasil





em setembro de 1918, causando caos sanitário, desordem social, crise política, medo e suicídio (Costa & Hamann, 2016).

Em 1958 a varíola estava presente em 33 países e causando milhões de óbitos por ano, devido a isto a União Soviética solicitou à Organização Mundial da Saúde (OMS) a criação de um programa de erradicação da varíola. Atualmente a varíola encontra-se erradicada, contudo, as amostras guardadas em laboratórios para estudos levantam especulações e preocupações acerca da possibilidade de um ataque bioterrorista (Toledo Jr., 2005).

A gripe A também conhecida como gripe suína, provocada pelo vírus influenza H1N1 teve uma propagação muito rápida, com início em 25 de abril de 2009 no México e nos Estados Unidos e se disseminando em 74 países até 11 de junho de 2009. Essa propagação evidenciou a necessidade de um sistema de vigilância eficaz na detecção do potencial pandêmico dos vírus, bem como de plataformas para o compartilhamento de dados (Costa & Hamann, 2016).

Na atualidade o mundo vivencia a pandemia do COVID-19, esta doença é causada pelo vírus *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus* (Sars-Cov-2). O primeiro caso registrado dessa doença foi em dezembro de 2019 na China. Em janeiro de 2020 foi declarado a epidemia desse vírus e em março de 2020 a pandemia (Wang *et al*, 2020).

Em 18 de Junho de 2020 o Ministério da Saúde, pensando nos impactos que esse isolamento pode causar, publicou no Diário Oficial da União (DOU), a portaria nº 1.565 que estabelece orientações à prevenção na retomada das atividades e do convívio social, visto que o confinamento, a perda de pessoas próximas, o medo, a incerteza, o desemprego e a diminuição da renda familiar podem produzir adoecimento psicológico (Diário Oficial da União, 2020).

Além das preocupações acerca da saúde física, o COVID-19 trouxe também preocupações no que se refere ao sofrimento

psicológico. Shojaei e Masoumi (2020), identificaram que o COVID-19 e as medidas adotadas para sua contenção, principalmente a quarentena, podem provocar sintomas de estresse pós-traumático, confusão e raiva. Além do mais, as preocupações com a escassez de suprimentos e com as perdas financeiras, também são aspectos que influenciam no bem estar psicológico.

De acordo com o Centro de Estudos e Pesquisa em Emergências e Desastres em Saúde (CEPEDES, 2020a), o isolamento social provocado pelo COVID-19 pode acarretar sensação de impotência, tédio, solidão, irritabilidade, tristeza e medos diversos, dentre eles; o adoecer, morrer, transmitir o vírus e perder os meios de subsistência, alterações de apetite e sono, conflitos familiares e o consumo excessivo de álcool ou drogas ilícitas. Ressalta-se que, os aspectos psicossociais impactam os indivíduos de formas diferentes, pois fatores como o grau da pandemia e a vulnerabilidade a qual a pessoa se encontra influencia, diretamente, nesse sofrimento.

Ao que se refere à população de idosos são identificadas alterações emocionais e comportamentais. Em relação às crianças, podem reaparecer comportamentos já superados, como enurese ou chupar os dedos. Além disso, pode haver um aumento nos casos de violência familiar, devido ao maior tempo de convivência e a menor disponibilidade de acesso a serviços públicos e instituições nas quais se pode obter ajuda e proteção (CEPEDES, 2020b).

Diante disso, torna-se necessário compreender como a pandemia do COVID-19 está afetando as políticas públicas de educação no país. Para isso, o próximo tópico se dedica a refletir e apresentar legislações e os aspectos políticos que foram elaborados para o atravessamento da pandemia no contexto educacional do Brasil.

Pandemia no contexto educacional brasileiro: legislações e aspectos políticos.





O início da educação brasileira se deu com a Constituição Federal de 1824, que preconiza a liberdade do ensino, posteriormente pela Carta Magna de 1946 em seu art. 166 que traz a educação como direito de todos. E então pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 4024 de 1961 e LDB 9394 de 1996, respectivamente (Constituição, 1824; Constituição, 1946; Lei nº 4.024, 1961; Lei nº 9.394, 1996).

Foi a partir da LDB 9394 de 1996 que se estabeleceram as diretrizes para o ensino a distância no Brasil, sendo citado nos artigos 32, 80 e 87, regulamentando a funcionalidade dessa modalidade, trazendo sua utilização como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais e colocando os municípios como responsáveis pelo provimento dos cursos presenciais e a distância (Lei nº 9.394, 1996).

Em 2001 é aprovada a Lei 10.172 que trata do Plano Nacional de Educação, ao qual exibe um capítulo sobre a Educação a Distância e as tecnologias educacionais (BRASIL, 2001). Em 2005 é emitido o decreto 5.622 que expande e estrutura a Educação a Distância no Brasil (Decreto nº 5.622, 2005).

No ano de 2020, devido à pandemia do COVID-19, os cenários educacionais de todo o mundo foram modificados, sendo necessários novos ajustes como o fechamento das instituições educacionais. Diante disso, vários países passaram a discutir alternativas para a continuação do atendimento escolar e uma delas diz respeito às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIC's), sobretudo a internet (Arruda, 2020).

A portaria nº 554 de 16 de junho de 2020, em seu artigo 1º possibilita a concretização dessa recomendação, autorizando, em caráter excepcional a substituição das aulas presenciais por aulas que utilizem recursos digitais, tecnológicos de Informação e Comunicação. O documento ainda estabelece que seja de responsabilidade das instituições de ensino definir o currículo de

substituição das aulas presenciais (Diário Oficial da União, 2020).

Para atender o novo modelo educacional referente à educação remota em tempos de pandemia, é exigido dos docentes soluções educacionais de forma rápida, contudo, evidencia-se a ausência de formação adequada e suporte necessário para a realização desta modalidade. Como consequência, os professores e professoras partem para o imprevisto, fazendo uma produção ineficiente, tentando de alguma forma cumprir o conteúdo e as atividades exigidas no currículo escolar (Joye, Moreira & Rocha, 2020).

As estratégias adotadas para a continuação do ensino apresentam alguns desafios como: a gestão e manutenção da aprendizagem remota, a garantia de acesso as TIC's a toda a população, o gerenciamento de um ambiente interativo, bem como a limitação dos docentes na compreensão dos aspectos corporais e dificuldades do aluno (Arruda *apud* Xiao, Li, 2020).

A ausência da convivência social para as crianças e adolescentes, que é em sua maioria ocorrida no contexto escolar, agora está impossibilitada; e isto pode acarretar danos psicológicos e sociais, visto que este é um fator essencial para o seu desenvolvimento saudável, principalmente no que se refere as habilidades de socialização e empatia, por exemplo (Joye *et al.*, 2020).

Como forma de diminuir os impactos causados pelas aulas remotas, várias instituições utilizam o formato de transmissão em tempo real, por *web* conferências ou *lives*. Isto para que as interações sejam garantidas e haja uma proximidade com a educação presencial (Arruda, 2020).

Segundo Arruda (2020) apesar das limitações que as TIC's apresentam no ensino-aprendizagem, são elas que possibilitam o contato com a escola, o que é menos danoso que a inoperância total das escolas, que poderia levar não só ao fragilização do espaço





institucional, mas também promover as desigualdades.

Em alguns estados já se iniciam a retomada das aulas presenciais, contudo, esse relaxamento social deve ser analisado de forma cuidadosa, pois não são somente os alunos e familiares que serão expostos ao vírus, mas todo um grupo social que engloba motoristas, professores, funcionários e seus familiares. Corroborando, um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2020) enfatiza que 4,4% da população de idosos e adultos com diabetes do país residem no mesmo domicílio com pelo menos uma pessoa em idade escolar.

Arruda (2020) discorre que as mudanças e determinações sanitárias necessárias no contexto escolar para a retomada das aulas presenciais, possivelmente deixaram esse ambiente irreconhecível para seus sujeitos.

Diante disso, evidencia-se a importância de refletir sobre a complexidade da questão, nos mais diversos aspectos e impactos. Afinal, a reconfiguração das aulas é acompanhada por dificuldades como a necessidade da família e dos responsáveis terem que conciliar seus empregos, exigindo destes(as) maior(es) responsabilidade e demanda de tempo para o ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes por eles assistidos.

Representações sociais: abordagem estrutural.

A teoria das representações sociais surgiu da necessidade de sabermos o que temos a ver com o mundo que nos cerca. De acordo com Sêga (2000) é um conhecimento desenvolvido por indivíduos e grupos. É a representação de alguma coisa ou alguém. É o papel que as pessoas ocupam na sociedade. É o processo ao qual se constitui a relação entre o mundo e as coisas.

Moscovici em 1961 cria a matriz de sua teoria se apoiado, principalmente, no conceito de representações coletivas de Durkheim. O autor defende que a representação social é uma forma de interpretar e pensar a realidade

cotidiana, pois trata-se de um conhecimento prático que propicia significado aos eventos e ajuda na construção da realidade (Sêga, 2000).

De acordo com Rêses (2003), a representação social é formada pelos modos de vida e de comunicação dos indivíduos. Sendo que esses seres possuem um papel que vai além do processamento de informação, isto é, são seres ativos capazes de produzir representações. Portanto, os sujeitos e os grupos podem produzir representações diferenciadas sobre um mesmo objeto.

Dentro dessa teoria, são as representações sociais que intercedem à propagação e a compreensão do conhecimento, que orientam e organizam as condutas e comunicações sociais, além de exercerem influência no desenvolvimento individual e coletivo, bem como na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais (Rêses, 2003).

Para Jodelet (2001) a representação social surgiu como meio de investigação da relação do indivíduo com o mundo. A autora defende que a realidade é construída pelo conhecimento social compartilhado e que a metodologia das representações sociais possibilita este estudo por meio dos elementos afetivos, sociais, mentais, linguísticos e cognitivos presentes no(s) discurso(s) do(s) sujeito(s) sobre o(s) objeto(s).

Em 1994 Abric propôs uma metodologia a partir da teoria de Moscovici e, segundo o autor, a representação social pode ser compreendida e composta por dois sistemas: o núcleo central e o núcleo periférico, sendo cada um responsável por funções distintas (Sá, 1996). Corroborando, Arruda (2002) pontua que as representações sociais podem ser estudadas por meio dos núcleos estruturados enfatizando que o acesso a eles se dá através da comunicação humana e no método de associação de palavras.

Sendo assim, o núcleo central refere-se ao que demonstra maior resistência e durabilidade, enquanto o núcleo periférico





pode apresentar alguma variação. A partir disso, o presente estudo adota esta metodologia a fim de conhecer quais são as representações que estão sendo criadas e compartilhadas, coletivamente, por professores e professoras, sobre o retorno das aulas presenciais durante a pandemia do COVID-19.

Método

Esta pesquisa utilizou-se da metodologia das representações sociais por entender que ela fornece uma articulação entre os temas abordados, contribuindo para o entendimento dos processos psicossociais envolvidos na possibilidade da volta as aulas presenciais durante a pandemia do COVID-19, levando em conta os aspectos históricos, socioculturais, psicológicos, econômicos e políticos dos professores e professoras.

De acordo com Jodelet (2001) a relação do indivíduo com o mundo é conduzida pelas representações sociais, intervindo no desenvolvimento individual e coletivo, nas identidades, na expressão grupal e nas transformações sociais. E Abric (1994) traz que a representação social é formada por dois sistemas, o central e o periférico.

O sistema central é composto pelo núcleo central, que é determinado pela memória coletiva, ao qual realiza e define a homogeneidade do grupo social, é estável e resistente à mudança o que assegura continuidade e a permanência da representação, ou seja, é independente do contexto social imediato. Sua função é produzir o significado básico da representação e definir a organização global de todos os elementos. O sistema periférico é formado pelos demais elementos da representação, apresentando as seguintes características: é sensível ao contexto imediato, permite a integração de experiências individuais, suporta as diversidades do grupo. Sua função é proteger o sistema central (Sá, 1996).

Participaram desta pesquisa 90 professores e professoras de 13 estados brasileiros e o Distrito Federal. A coleta de

dados se deu a partir de um questionário virtual, com objetivo de identificar dados sociodemográfico e a utilização da técnica de evocação livre.

A técnica da evocação livre é utilizada por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, pois possibilita a identificação dos elementos da representação social, por meio dos conteúdos evocados diante do termo indutor. Essa técnica permite o acesso a elementos espontâneos e latentes da estrutura psicológica do indivíduo (Silva, Camargo & Padilha, 2011). Portanto, pediu-se aos participantes para que evocassem as 05 (cinco) primeiras palavras ou expressões que lhe vêm à mente quando se deparam com o termo indutor: retorno às aulas presenciais durante a pandemia do COVID-19. Segundo Wachelke e Wolter (2013) esta técnica permite a identificação do conteúdo e da estrutura representacional do participante, oferecendo-nos uma compreensão do objeto estudado.

Para análise dos dados, além da metodologia estrutural da representação social, utiliza-se ainda o *software Microsoft Excel* para tabulação dos dados quantitativos e tratamento dos dados, bem como o *software openEvoc* versão 0.88, que permite análise e processamento de dados em pesquisas na perspectiva estrutural da teoria das representações sociais.

Qualitativamente este estudo apropriou-se do método comparativo, por adequar-se ao objetivo proposto de investigação do fenômeno social em questão. Segundo Gil (2008): “Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo.” (p. 16-17).

Prodanov e Freitas (2013) acrescentam que este método permite identificar semelhanças e diferenças, a partir das comparações com vistas a verificar equivalências e explicar suas divergências. Sendo assim, permite explicações de fenômenos, realiza análise dos dados, deduz





elementos, sejam eles, abstratos ou gerais, proporcionando um elevado grau de generalização.

Representações sociais de que sujeito? A análise quantitativa dos participantes

A metodologia das representações sociais fornece um diálogo e efetiva articulação sociológica e psicológica para a compreensão dos processos psicossociais que envolvem a construção da realidade dos sujeitos. Portanto, não excluem os fenômenos afetivos de suas investigações, compreendendo que estes fenômenos acontecem simultaneamente e indissociável ao sujeito, apontando sua importância na construção e compartilhamento das representações sociais, torna-se imprescindível conhecer de que ponto nós estamos partindo, isto é, representações sociais de que sujeito nós estamos apreendendo? Para isso, a primeira etapa do instrumento nos permitirá delinear o perfil dos sujeitos com vistas a eliminar estas lacunas científicas.

A pesquisa possui uma amostra total de 90 participantes. A partir dos dados sociodemográficos coletados pela primeira etapa do instrumento foi possível identificar que, 66,7% dos participantes são do sexo feminino e 33,3% do sexo masculino.

No que se refere à faixa etária dos participantes, 75,6% possuem entre 30 e 59 anos, 21,1% entre 18 e 29 anos e 3,3% possuem 60 anos ou mais. No tocante ao estado civil dos participantes, 47,8% são casados, 33,3% solteiros, 12,2% divorciados, 4,4% estão em união estável, 1,1% são viúvos ou definiram seu estado civil como “outros”.

Os participantes apresentaram nível de formação condizente com a sua profissão, sendo que 51% afirmam possuir pós-graduação *latu sensu* completa e 5,6% incompleta, 12% possuem pós-graduação *strictu sensu* completo (mestrado) e 7,8% incompleto, 4,4% possui pós-graduação *strictu sensu* completo (doutorado) e incompleto, respectivamente. 6,7% possuem ensino

superior completo e 1,1% não completaram o ensino superior. 3,3% possuem pós-doutorado e ensino médio, respectivamente.

Uma diversidade de áreas do conhecimento participou da pesquisa, tais como: ciências biológicas e da natureza, humanas, saúde, exatas e de gestão. Dentre os estados da federação onde os participantes atuam como professores estão: Goiás, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Sergipe, Amapá, Paraná, Piauí, Rondônia, Tocantins, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará e o Distrito Federal.

No que se refere a renda familiar mensal dos participantes, 50% recebem de 03 a 04 salários mínimos vigentes, 35,6% possuem renda superior a 05 salários mínimos, enquanto 14,4% faturam de 01 a 02 salários mínimos.

No que se refere ao tempo de atuação destes profissionais, 2,2% atuam menos de 01 ano na docência, 27,8% atuam de 01 a 05 anos, 17,8% de 06 a 10 anos, 14,6% de 11 a 15 anos, 11,1% de 16 a 20 anos e 25,6% estão a mais de 20 anos no exercício da profissão docente.

Para que os participantes avaliassem a sua percepção adotando o viés do profissional e sua visão enquanto pais, a pesquisa questionou se os (as) professores (as) possuem filhos (as), destes, 60% afirmaram possuir filhos (as) e 40% não possuem. Dos participantes que possuem filhos, foram questionados, ainda, sobre a quantidade de filhos (as), identificando que, 75,5% possui de 2 a 4 filhos (as), 22,6% possui apenas 01 filho (a) e 1,9% de 5 a 7 filhos, conforme apresentado no gráfico 5. A idade destes varia entre 01 a 42 anos de idade.

A partir dos dados sociodemográficos apresentados evidencia-se a homogeneidade cultural da amostra. Com base na análise quantitativa apresentada até aqui, é possível identificar que o perfil da maioria dos participantes deste estudo são mulheres (66,7%), jovens adultas (75,6%), casadas





(47,8%), pós-graduadas (51,1%), possuem de 02 a 04 filhos (75,5%) e renda familiar mensal estimada entre 03 a 04 salários mínimos (50%) vigentes.

Análise qualitativa do discurso: Representações sociais centrais e periféricas.

A partir da técnica de evocações livres em que os participantes (N=90) produziram cinco palavras ou expressões ao termo indutor "retorno às aulas presenciais durante a pandemia do COVID-19", constatou-se um total de 450 evocações. Nesta primeira etapa, as expressões evocadas com ordem de 3 e frequência mínima de 1.5%, considerando o grau de importância e relevância para o estudo, podem ser observadas na tabela 1.

**Tabela Frequência x
Ordem de Evocação (TabFreq) (N = 90)**

++		
Frequência >= 1 / Ordem de evocação < 3		
7.78%	MEDO	2.14
5.33%	INSEGURANÇA	2.5
2.89%	RISCO	2.15
2.89%	ANSIEDADE	2.62
2.89%	IRRESPONSABILIDADE	2.77
2%	PERIGO	2.22
2%	PREOCUPAÇÃO	2.44

-+		
Frequência < 1 / Ordem de evocação < 3		

+-		
Frequência >= 1 / Ordem de evocação >= 3		
2.89%	CONTAMINAÇÃO	3.38
2.44%	CUIDADO	3.18
1.78%	VACINA	3.13
1.78%	DESRESPEITO	3.25
1.78%	RESPONSABILIDADE	3.25
1.56%	SAUDADE	3.86

--		
Frequência < 1 / Ordem de evocação >= 3		

Tabela 1 – Ordem de evocação e frequência mínima 1.5%
Fonte: openEvoc 0.88 (2020)

As evocações “medo, insegurança, risco, ansiedade, irresponsabilidade, perigo e preocupação” são elementos presentes no núcleo central da representação, traduzindo a

memória coletiva, as condições sócio-históricas e os valores do grupo, tendo como função gerar o significado básico da representação, pois aparecem com maior frequência e nas primeiras ordens de evocação a partir do termo indutor.

Os termos que compõe o núcleo central estão intrinsecamente relacionados à forma com que o grupo social se avalia diante do contexto pandêmico, isto é, evoca emoções e sentimentos que parecem traduzir a angústia do momento.

As evocações “contaminação, cuidado, vacina, desrespeito, responsabilidade e saudade”, são componentes presentes no núcleo periférico da representação e referem-se aos fatores externos que implicam na visão do professor frente o retorno às aulas presenciais durante a pandemia do COVID-19.

Matshuishi *et al.* (2012) confirma os achados acima, enfatizando que na pandemia de H1N1 houveram consequências psicológicas nos funcionários dos hospitais encarregados de atenderem os pacientes com H1N1, e dentre elas estão a insegurança e o medo. Corroborando Wang *et al.* (2020) traz que na pandemia do COVID-19 o medo de adoecer e as medidas tomadas pelos governos para controlar a disseminação da pandemia propiciaram o aumento dos níveis de ansiedade.

A insegurança, o medo e o risco de contaminação identificados no núcleo central da representação também foram evidenciados pelos autores Eberle e Casali (2012) em seus estudos sobre a crise no contexto de pandemia. Em nossa pesquisa, estes achados se confirmam a partir dos fragmentos de alguns participantes que associam o medo e a insegurança do retorno às aulas presenciais ao risco da morte e a falta de uma forma eficaz de prevenção. Afirmam:

“Medo da contaminação e da morte (sic)”.

“Pertencer ao grupo de risco (sic)”.

“É mais seguro para as pessoas evitarem aglomerações, até termos uma vacina ou um remédio eficaz contra o referido vírus (sic)”.





Nesta perspectiva a psicologia pode auxiliar através da psicoeducação, no enfrentamento do desconhecido e das crenças falsas, e com a escuta como forma de expressão dos sentimentos e emoções que causam desconforto. Alcântara, Shioga, Lima, Lage e Maia (2013) afirmam que essas técnicas objetivam a elaboração e ressignificação das vivências angustiantes, como o medo, a ansiedade e a insegurança.

As evocações perigo e preocupação que também aparecem no núcleo central parecem estar relacionadas a uma infraestrutura inadequada e a falta de apoio dos representantes públicos no exercício profissional do professor, além do risco de contaminação e disseminação do COVID-19. Relatos dos participantes confirmam estas hipóteses:

“Falta de equipamentos, materiais e conhecimento suficientes para segurança das pessoas envolvidas no retorno às aulas (sic)”.
“Não há preparo dos órgãos responsáveis para enfrentar este retorno (sic)”.
“Estaria colocando em risco de contaminação tanto a mim, quanto aos meus alunos (sic)”.

Neto, Karino, Jesus e Andrade (2013) em seus estudos sobre a infraestrutura escolar brasileira revela que 44,5% apresentam infraestrutura elementar, ou seja, possuem somente aspectos como água, sanitário, energia, esgoto e cozinha. 40% infraestrutura básica, o que significa que possuem além dos elementos elementares, sala de diretoria e equipamentos eletrônicos como impressoras e computadores e apenas 06% das escolas apresentam infraestrutura avançada, que inclui laboratórios de ciências e dependências adequadas para atender necessidades especiais.

Diante das discussões até aqui realizadas, torna-se importante enfatizar que o núcleo central possui a memória coletiva, apresenta estabilidade e resistência a mudanças, assegurando assim a continuidade da representação. É nele que os aspectos que

constituem um grupo social são formados (Sá, 1996).

Abaixo, fragmentos do discurso de alguns participantes da pesquisa referentes às evocações periféricas de “contaminação, cuidado e responsabilidade”:

“Risco de contaminação é altíssimo (sic)”.
“É impossível controlar o distanciamento dos alunos (sic)”.
“As crianças/adolescentes são os maiores disseminadores do vírus Covid-19. Sendo assim, havendo a possibilidade do retorno das aulas presenciais, mesmo com todas as medidas de segurança sendo adotadas, ainda assim haveria um sentimento de apreensão, tendo em vista que em muitos casos os estudantes podem ser assintomáticos (sic)”.
“Posso me contaminar e passar para minha família, e também, passar aos meus alunos que passariam a seus familiares (sic)”.

Essas narrativas evidenciam a relação entre os termos contaminação e responsabilidade. Um dos aspectos mencionados se refere à ausência de responsabilidade ou desrespeito dos alunos perante os comportamentos preventivos, ou seja, estes (alunos) podem apresentar dificuldades em seguir os protocolos de saúde o que poderia contribuir para o aumento da disseminação dessa doença no ambiente de ensino.

Aqui ressalta-se que as *fake news* propagada por deputados bolsonaristas que tem por objetivo sustentar a versão do presidente de que a pandemia não é tão perigosa e de que o isolamento social é um exagero, parecem influenciar diretamente estas representações (Linhares, 2020).

Um estudo da FIOCRUZ (2020) aponta que 2,5% dos casos de COVID-19 são do grupo de crianças e adolescentes e 74,3% são do grupo de adultos jovens, advertindo que o contato entre esses grupos pode aumentar a transmissão desse vírus. O estudo aponta ainda que, sob essa perspectiva, a transmissão secundária no ambiente domiciliar é estimada em 12 a 30%.





“Deveríamos ter uma vacina perante a imprevisão até mesmo dos sintomas em cada indivíduo (sic)”.

“Precisamos da vacina para nos sentirmos seguros (sic)”.

“A doença ainda é em parte desconhecida, perigosa e de alto contágio. Sem a vacina, não existem formas eficazes de interditá-la (sic)”.

“A vacina é necessária, pois o contato professor e aluno é muito próximo e rotativo (sic)”.

Os fragmentos acima demonstram que a falta de um tratamento específico para COVID-19, faz com que os profissionais depositem suas esperanças na vacina, pois neste cenário de incertezas e mudanças ela pode representar certa redução no nível de preocupação, ou ainda, maior flexibilização das medidas restritivas, como o distanciamento social, por exemplo.

De acordo com os profissionais, a disponibilização da vacina pode representar a volta à “normalidade”, conforme alguns discursos:

“Sem a vacina não estaremos seguros para a volta ao normal (sic)”.

“A instituição promete seguir os protocolos, mas na hora “h” não é seguido à risca (sic)”.

“Não há segurança para um retorno presencial, porém há uma grande pressão das empresas de educação para que isso ocorra. A volta está sendo pela pressão econômica e não pela segurança (sic)”.

Portanto, evidencia-se que, de acordo com os participantes, retornar às aulas presenciais sem uma vacina segura para contenção do vírus, durante a pandemia, expressa o desrespeito para com os profissionais e alunos da rede de ensino. Pois as instituições de ensino não apresentam uma infraestrutura adequada e segura, como apontam os fragmentos abaixo:

“As escolas públicas não estão preparadas e nem adaptadas para nos dar segurança nesse período de pandemia. Não tem nem sabonete nós banheiros para lavar as mãos, imagine álcool em gel e outros itens de segurança para professor e alunos (sic).”

“As salas são pequenas, com muitos alunos e pouca ventilação (sic).”

“Não há condições de segurança biológica nos espaços físicos das escolas nem nos serviços de transporte coletivo que levarão estudantes e profissionais para estes locais (sic).”

Vale ressaltar que estes elementos são observados no núcleo periférico da representação. Para Sá (1996) a função deste núcleo consiste na adaptação a realidade concreta e na proteção do sistema central. As características de flexibilidade e sensibilidade frente ao contexto permite a integração e expressão das experiências individuais dos participantes, podendo estas (representações) sofrerem alterações em função das influências ambientais, ou ainda, a forma com que as informações são apresentadas a sociedade.

Neste sentido, Pavarino (2003) enfatiza que os meios de comunicação de massa estão entre os principais propagadores de representações sociais atualmente, pois possibilitam a divulgação rápida de informações a um grande público. Contudo, a apropriação desse conteúdo varia com as experiências e conhecimentos de cada sujeito.

Relacionando com os discursos dos professores, é possível argumentar que a crença da necessidade de uma vacina para o retorno as aulas presenciais, é reforçada com os meios de comunicação, que propagam a necessidade do distanciamento social, o alto número de contaminados e a não existência de um tratamento eficaz para a COVID-19.

Nesses casos de representação social em larga escala, existe o efeito de influência que vai além do sujeito, perpassando pelo ambiente que o cerca. Como exemplo, pode ser citada a grande procura da população mundial pela vacina no surto de H1N1, que resultou na falta desta em estoque para os grupos prioritários, devido à apropriação da informação de que ela era uma forma eficaz de se proteger (Januário, 2016).

Neste sentido, cabe um alerta. Um estudo publicado na Revista Americana de



Medicina e Higiene Tropical aponta um *ranking* de notícias falsas sobre a pandemia da Covid-19, o estudo apresenta que o Brasil ocupa o sexto lugar dos países de desinformação envolvendo o tema (Veja, 2020a).

Atribuir segurança sanitária às vacinas parece ser, de fato, a forma mais assertiva de se proteger, pois estas passam por uma série de pesquisas e estudos científicos para regulamentação e uso em seres humanos, porém, por se tratar de uma representação do núcleo periférico está “esperança” pode ser modificada em função da grande quantidade de notícias falsas que estão presentes na mídia atualmente sobre alguns imunizantes.

A discussão sobre a vacina Coronavac do laboratório chinês Sinovac, rendeu mais 2 milhões de postagens no Twitter entre os dias 1º e 27 de outubro de 2020, após a declaração do presidente Jair Bolsonaro de colocar em dúvida a eficácia do imunizante e os interesses do governo chinês no processo de desenvolvimento do remédio. Perfis contra a Coronavac também foram capazes de conseguir mais 15 milhões de visualizações para vídeos no YouTube que fazem campanha para desqualificar o imunizante (Veja, 2020b).

Portanto, nos resta entender que os discursos podem ser transformados, na medida – e na forma – em que estes são apropriados pelos sujeitos. Neste sentido, torna-se necessário que os sujeitos desenvolvam um pensamento e consciência crítica para que os discursos políticos-ideológicos enviesados não sejam molas propulsoras para ampliar o discurso negacionista da doença no Brasil e no mundo.

Apesar de todos os riscos evidenciados pelos elementos e narrativas apresentadas e os desafios da grande mídia no processo de elaboração das representações, os professores e professoras expressam o sentimento de saudade do ambiente educacional, conforme expresso no último elemento presente do núcleo periférico da figura 1.

Costa e Bersch (2020) trazem que dentre as reinvenções que foram necessárias nesse período de pandemia, é importante destacar as aulas remotas, pois elas limitaram o relacionamento entre aluno e professor, dificultando essa aproximação ao qual estavam acostumados e confortáveis. Além de uma modificação na forma de atuar, prejudicando a observação, avaliação e conversação com o aluno.

E diante desse cenário surgiram algumas inquietações, “refletir sobre a vida e seus valores, além de deixar um gostinho de saudade, saudade da sala de aula, das reuniões pessoais, dos rostos dos alunos, da escola, que já era conhecida por mim, enfim, saudade dos momentos que o grupo, num todo, oferecem” (Costa & Bersch, 2020, p. 60).

Conclusão

A pesquisa propôs conhecer como estão sendo construídas e compartilhadas as representações sociais dos professores e professoras diante a volta às aulas presenciais durante a pandemia do COVID-19 no Brasil. Para isto, foi utilizada a técnica de evocação livre, com o intuito de identificar os núcleos centrais e periféricos das representações sociais deste grupo.

O primeiro, traz os elementos: “medo, insegurança, risco, ansiedade, irresponsabilidade, perigo e preocupação”. Que se referem aos aspectos internos do profissional, isto é, à percepção de cada professor e professora sobre como estão vivenciando a pandemia do COVID-19, ou seja, elementos com maior resistência a mudança. O segundo, isto é, o núcleo periférico, aponta os termos: “contaminação, cuidado, vacina, desrespeito, responsabilidade e saudade”. Que dizem respeito aos aspectos externos, ou seja, são elementos que podem ser modificados através de intervenções no ambiente.

Apesar dessa distinção, é importante destacar que esses núcleos estão intrinsecamente relacionados, ou seja, o núcleo





periférico pode influenciar o núcleo central que, apesar de possuir um caráter estável está sujeito às mudanças em sua representação.

Diante do exposto, a psicologia pode auxiliar no processo de pandemia, no sentido de proporcionar aos indivíduos formas mais assertivas de enfrentamento, principalmente no que se refere a promoção da psicoeducação acerca dos impactos psicológicos causados por esse momento de crise. Zwielewski *et al.* (2020) defende que um protocolo de intervenção focado na demanda ou queixa de cada grupo pode auxiliar na contenção ou remissão de sintomas e melhora do enfrentamento.

Este estudo proporcionou ampliação acadêmica, teórica e metodológica sobre a psicologia e a pandemia em articulação com a teoria das representações sociais. E grandes experiências que forneceram um conhecimento para-além do adquirido na posição de filha de professora e ser humano que vivencia a pandemia do COVID-19.

É possível afirmar que a pesquisa respondeu o questionamento inicial que objetivou e guiou este estudo, contudo, algumas indagações e inquietações surgiram, como proporcionar um ensino de qualidade a partir do distanciamento social? Seria possível desenvolver habilidades sociais de alunos e alunas sem a presença dos mesmos nos espaços educativos? O país, os alunos e alunas, nossos profissionais da educação possuem recursos que podem propiciar o ensino-aprendizagem necessário?

Por isso, orienta-se que sejam realizadas pesquisas futuras que busquem refletir sobre a influência das grandes mídias e dos discursos políticos na construção das representações sociais do grupo pesquisado, bem como, pesquisas empíricas, longitudinais ou estudos de casos sobre os resultados das intervenções psicológicas em sujeitos que expressam demandas psíquicas durante e depois da pandemia do COVID-19.

Referências

- Alcântara, T. V., Shioga, J. E. M., Lima, M. J. V. Lage, A. M. V. & Maia, A. H. N. Intervenções psicológicas na sala de espera: estratégias no contexto da Oncologia Pediátrica (2013). *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, 16(2), 103-119. Recuperado em 10 de novembro, 2020 de: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582013000200008>.
- Alves, E. M. & Tubino, P. (2017). Colunas da peste: recordação de um passado assustador. *Jornal Brasileiro de História da Medicina* (ISSN 1516-0386). Recuperado em 12 de novembro, 2020 de: <https://www.researchgate.net/publication/n/321979550_COLUNAS_DA_PESTE_RECORDACAO_DE_UM_PASSADO_ASSUSTADOR>.
- Arruda, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero (2002). *Caderno de Pesquisa*, 117, 127-147. Recuperado em 20 de novembro, 2020 de: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S015742002000300007&script=sci_arttext&tlng=pt>.
- Arruda, E. P. (2020) Educação remota emergencial: elementos para políticas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *EmRede - Revista de Educação a Distância*, 7, 1, 257-275. Recuperado em 20 de novembro, 2020 de: <<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>>.
- Diário Oficial da União. Portaria nº 1.565 de 18 de junho de 2020. Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro. Recuperado em 22 de novembro,





- 2020 de:
<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.565-de-18-de-junho-de-2020-262408151>>.
- Diário Oficial da União. Portaria nº 554 de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Recuperado em 22 de novembro, 2020 de:
<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>>.
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Recuperado em 25 de novembro, 2020 de:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>.
- Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824. Recuperado em 25 de novembro, 2020 de:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>.
- Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado em 29 de novembro, 2020 de:
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>.
- Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Recuperado em 29 de novembro, 2020 de:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm>.
- Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado em 29 de novembro, 2020 de:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/14024.htm>.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado em 29 de novembro, 2020 de:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>.
- Carvalho, L. S., Agle, C. G., Rocha, L. M. T., Marques, B. R. N. S., Pedreira, T. N. (2020). Análise dos aspectos epidemiológicos da cólera no Brasil: Um estudo da última década. *Brazilian Journal of Health Review*, 3, 5, 13996-14007. Recuperado em 02 de dezembro, 2020 de:
<<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/17837/14449>>.
- Centro de estudos e pesquisa em emergências e desastres em saúde; Fundação Oswaldo Cruz. Saúde mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19: Recomendações gerais. Brasília, 2020a. Recuperado em 02 de dezembro, 2020 de:
<<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%c3%bade-Mental-e-Aten%c3%a7%c3%a3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%c3%a7%c3%b5es-gerais.pdf>>.
- Centro de estudos e pesquisa em emergências e desastres em saúde; Fundação Oswaldo Cruz. Saúde mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19: Violência doméstica e familiar na COVID-19. Brasília, 2020b. Recuperado em 05 de outubro, 2020 de:
<<https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/saude-mental-e-atencao-psicossocial-na-pandemia-covid-19-violencia-domestica-e-familiar-na-covid-19.pdf>>.
- Costa, L. M., Hamann, E. Pandemias de influenza e a estrutura sanitária brasileira: breve histórico e caracterização dos cenários (2016). *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, 7(1), 11-25. Recuperado em 15



- de outubro, 2020 de:
<http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232016000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=en>.
- Costa, R. T. A. & Bersch, M. E. (2020). Experiências e desafios do ensino remoto em tempos de pandemia. In: ALDROVANDI, Makeli; MATTE, Marine Laíse (orgs.). *Travessias: experiências de estágio*. 1 ed. Lajeado: editora univates, 56-61. Recuperado em 05 de outubro, 2020 de: <https://www.criexp.com.br/editora-univates/media/publicacoes/330/pdf_330.pdf#page=56>.
- Cunha, L. F. F., Silva, A. S., & Silva, A. P. (2020). O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, Brasília*, 7(3), 27-37. Recuperado em 05 de dezembro, 2020 de: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924>.
- Dicionário Online de Português. 2009. Recuperado em 02 de dezembro, 2020 de: <<https://www.dicio.com.br/>>.
- Eberle, A., Casali, A. (2012). Crise organizacional e sensemaking: o caso de um hospital público no contexto da pandemia de influenza A (H1N1). *Cadernos EBAPE.BR*, 10, 4, 820-840. Recuperado em 07 de dezembro, 2020 de: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512012000400004&script=sci_arttext&tlng=pt>.
- Fundação Oswaldo Cruz, Observatório COVID-19. Nota técnica 12 de 22 de junho de 2020. Recuperado em 27 de setembro, 2020 de: <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/nota_tecnica_12.pdf>.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Januário, R. A. (2016). A imprensa e o medo: representações sociais sobre a Gripe H1N1 de março a maio de 2016. *Itercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo. Recuperado em 04 de dezembro, 2020 de: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1331-1.pdf>>.
- Jodelet, D. (2001). *Representações sociais: um domínio em expansão*. UERJ.
- Joye, C. R., Moreira, M. M., & Rocha S. S. D. Distance Education or Emergency Remote Educational Activity: in search of the missing link of school education in times of COVID-19. (2020). *Research, Society and Development*, 9(7), 1-29. Recuperado em 25 de novembro, 2020 de: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299>>.
- Linhares, C. Deputados divulgam fake news sobre coronavírus para ecoar discurso de Bolsonaro. *Folha de São Paulo*. 12 de maio de 2020. Recuperado em 25 de novembro, 2020 de: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/deputados-divulgam-fake-news-sobre-coronavirus-para-ecoar-discurso-de-bolsonaro.shtml>>.
- Matsuishi, K., Kawazoe, A., Imai, H., Ito, A., Mouri, K., Kitamura, N., Miyake, K., Mino, K., Isobe, M., Takamiya, S., Hitokoto, H. & Mita, T. (2012). Psychological impact of the pandemic (H1N1) 2009 on general hospital workers in Kobe. *PCN*, 66(4), 353-360. Recuperado em 28 de setembro, 2020 de: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1440-1819.2012.02336.x>>.
- Ministério da Saúde, Coronavírus (COVID-19). Recuperado em 07 de dezembro, 2020 de: <<https://coronavirus.saude.gov.br/>>.





- Ministério da Saúde, Paineis coronavírus. Recuperado em 07 de dezembro, 2020 de: <<https://covid.saude.gov.br/>>.
- Neto, J. J. S., Karino, C. A., Jesus, G. R. & Andrade, D. F. (2013). A infraestrutura das escolas públicas brasileiras de pequeno porte. *Revista do Serviço Público. São Paulo*, 64(3), 377-391. Recuperado em 28 de setembro, 2020 de: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/24/23>>.
- News, Google. Coronavírus (COVID-19). Disponível em: <<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>>.
- Pavarino, R. N. (2003). Teoria das representações sociais: pertinência para as pesquisas em comunicação de massa. Itercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte. Recuperado em 15 de setembro, 2020 de: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/70751144839831914511186731265578835368.pdf>>.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª Edição. Editora Feevale.
- Rêses, E. S. (2003). Do conhecimento sociológico à teoria das representações sociais. *Sociedade e Cultura*, 6(2), 189-199. Recuperado em 04 de dezembro, 2020 de: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/920/1123>>.
- Sá, C. P. (1996). Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. *Temas em psicologia*, 4, 3, 19-33. Recuperado em 18 de outubro, 2020 de: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300002>.
- Sêga, R. (2000). O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. Porto Alegre.
- Shojaei, S., Masoumi, R. (2020). The Importance of Mental Health Training for Psychologists in COVID-19 Outbreak. *Middle East Journal of Rehabilitation and Health Studies*, 7(2). Recuperado em 20 de setembro, 2020 de: <<https://sites.kowsarpub.com/mejrh/articles/102846.html>>.
- Silva, S. E. D., Camargo, B. V. & Padilha, M. I. (2011). A teoria das representações sociais nas pesquisas da enfermagem brasileira. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 64(5), 947-951. Recuperado em 18 de setembro, 2020 de: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672011000500022&script=sci_arttext>.
- Toledo Jr., A. (2005). História da varíola. *Revista Médica de Minas Gerais*, 15, n.1. Recuperado em 10 de outubro, 2020 de: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/v15n1a16.pdf>>.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. “COVID-19 Educational Disruption and Response”. Recuperado em 17 de novembro, 2020 de: <<en.unesco.org/covid19/educationresponse>>.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. “Situação da educação no Brasil (por região/estado)”. Recuperado em 21 de novembro, 2020 de: <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/covid-19-education-Brasil>>.
- Veja. Brasil está entre países de onde mais vem desinformação sobre Covid-19. Veja. 12



de agosto de 2020a. Recuperado em 17 de novembro, 2020 de: <<https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-esta-entre-paises-de-onde-mais-vem-desinformacao-sobre-covid-19/>>.

Veja. Campanha contra Coronavac tem fake news, teoria conspiratória e xenofobia. Veja. 03 de novembro de 2020b. Recuperado em 28 de novembro, 2020 de: <<https://veja.abril.com.br/brasil/campanha-contracoronavac-tem-fake-news-teoria-conspiratoria-e-xenofobia/>>.

Wechelke, J., & Wolter, R. (2013). Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres: raridade, diversidade e comunidade. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15(2), 119-129. Recuperado em 29 de setembro, 2020 de: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/4363>>.

Wang, C., Pan, R., Wan, X., Tan, Y., Xu, L., Ho, C. S. & Ho, R. C. (2020). Immediate Psychological Responses and Associated Factors during the Initial Stage of the 2019 Coronavirus Disease (COVID-19) Epidemic among the General Population in China. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, 17. Recuperado em 13 de novembro, 2020 de: <<https://www.mdpi.com/1660-4601/17/5/1729/htm>>.

Zwielewski, G., Oltramari, G., Santos, A. R. S., Nicolazzi, E. M. S., Moura, J. A., Sant'Ana, V. L. P., Schlindwein-Zanini, R. & Cruz, R. M. Protocolos para tratamento psicológico em pandemias: as demandas em saúde mental produzidas pela COVID-19. (2020). *Revista debates in Psychiatry*, 1-9. Recuperado em 10 de novembro, 2020 de: <<http://www.hu.ufsc.br/setores/neuropsicologia/wp-content/uploads/sites/25/2015/02/Protocolos-psic-em-pandemias-covid-final.pdf>>.

